



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

145,

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330039-6
APELANTE: Município de Limoeiro
APELADA: Maria Valquíria de Oliveira Santos
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. DEPÓSITOS DO FGTS. INVIABILIDADE DA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS APENAS NA CLT. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. 1. Assinalou-se, com a devida vênia, que o magistrado sentenciante equivocou-se ao entender que o vínculo entre as partes era trabalhista, visto que a própria Justiça Especializada entendeu ser incompetente para apreciar a demanda, por não se tratar de demanda com vínculo celetista, não tendo havido impugnação dessa decisão por parte da autora/apelada. 2. Entendeu-se que restou comprovada a relação jurídico-administrativa junto ao Município de Limoeiro, conforme os documentos acostados aos autos, correspondentes às Leis Municipais nºs 2.069/1999 e 2.126/2002 que definem as hipóteses de contratação por necessidade temporária de excepcional interesse público, próprias de relação jurídico-administrativa, bem assim com base no Decreto nº 001/2009 que anulou os contratos de prazo certo, relativos a convênio do PSF - Programa Saúde da Família, no qual consta o nome da autora. 3. Assim, partindo da premissa de que o vínculo de trabalho que existiu entre os litigantes não era oriundo de investidura em cargo ou emprego público posteriormente anulada por descumprimento do princípio do concurso público, mas de contratação de servidor temporário, tem-se por indevido o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS. 4. Isso porque, tratando-se de hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, não lhe devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho (precedentes). 5. Descabe, portanto, nessa linha, o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS (precedentes). 6. Reexame necessário provido, prejudicado o apelo voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0330039-6, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em dar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330039-6
APELANTE: Município de Limoeiro
APELADA: Maria Valquíria de Oliveira Santos
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta pelo Município de Limoeiro, contra **sentença** proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Limoeiro, que, nos autos da **Reclamação Trabalhista NPU 00000005-81.2010.8.17.0920**, julgou procedente a pretensão ali deduzida, nos seguintes termos:

“Ante ao exposto, com fulcro no artigo 269, inciso I, primeira parte, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido para **CONDENAR** o demandado a efetuar os depósitos correspondentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em favor da Autora no período compreendido entre 01.08.2000 a 30.12.2008, incidente sobre o seu salário, com a compensação dos valores já depositados.

Deixo de aplicar a multa relativa a rescisão do contrato, por inaplicável.

Condeno o Réu em custas e honorários, à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado através de liquidação de sentença.

Juros de mora a partir da citação, conforme o teor da Súmula nº 204 do STJ (“os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida”) e à razão de 1% ao mês até a vigência da Lei nº 11.960/2009, quando então passarão a ser calculados conforme os ditames desta novel legislação. Correção monetária de acordo com a Lei nº 6.899/81 até a entrada em vigor da Lei nº 11.960/09 e, a partir de então, nos termos nela prescritos.

Afasto a prescrição quinquenal, considerando que, tratando-se de FGTS o prazo é trintenário.

P.R.I.”

No caso em tela, a autora sustenta que trabalhou para o Município, na função de enfermeira, por oito anos, de 01 de agosto de 2000 a 30 de dezembro de 2008, estando investida em cargo público, porém de forma irregular por não ter sido admitida por concurso público.

Pleiteia, pois o pagamento do FGTS durante todo o período da prestação do serviço.

Nesta sede recursal (fls. 110/115), argúi o Município que: (i) o vínculo mantido entre as partes era administrativo, no qual não há previsão legal para o pagamento do FGTS; (ii) o FGTS é um direito conferido apenas ao trabalhadores submetidos à CLT; e (iii) a Súmula 363 do TST é inaplicável ao caso concreto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Em suas contra-razões (fls. 118/122), a apelada pleiteia a manutenção da sentença, reiterando que seu o contrato de trabalho era mantido sob a égide da CLT, e que, portanto faria jus ao FGTS.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar o parecer ante a ausência de interesse no feito (fls. 134/137).

É o que importa relatar. Inclua-se em pauta.

Recife, 29 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

146
r

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0330039-6
APELANTE: Município de Limoeiro
APELADA: Maria Valquíria de Oliveira Santos
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A autora busca a condenação do Município a efetuar o pagamento das verbas supostamente devidas a título de FGTS.

O pedido foi julgado procedente, condenando o demandado a efetuar os depósitos correspondentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em favor da autora no período compreendido entre 01.08.2000 a 30.12.2008, incidente sobre o seu salário, com a compensação dos valores já depositados.

Inconformado, o Município apelou, arguindo que: (i) o vínculo mantido entre as partes era administrativo, no qual não há previsão legal para o pagamento do FGTS; (ii) o FGTS é um direito conferido apenas ao trabalhadores submetidos à CLT; e (iii) a Súmula 363 do TST é inaplicável ao caso concreto.

Em suas contra-razões, a apelada pleiteia a manutenção da sentença, reiterando que seu o contrato de trabalho era mantido sob a égide da CLT, e que, portanto faria jus ao FGTS.

Pois bem.

De proêmio, anoto que esta Reclamação teve início e trâmite na Justiça do Trabalho.

No entanto, pela decisão de fls. 63/69, restou declarada a **incompetência absoluta daquela Justiça Especializada, por tratar-se de relação jurídico-administrativa sujeita à apreciação da Justiça Comum.**

De acordo com a certidão de fls. 70v, não foram interpostos quaisquer recursos da mencionada decisão, pelo que os autos foram remetidos a esta Justiça Comum.

Após trâmite na 1ª Vara da Comarca de Limoeiro, o magistrado de piso entendeu que o contrato firmado entre as partes foi eminentemente trabalhista, sob a égide da CLT.

No ponto, assinalo, com a devida vênia, que o magistrado sentenciante equivocou-se ao entender que o vínculo entre as partes era trabalhista, visto que a própria Justiça Especializada entendeu ser incompetente para apreciar a demanda, por não se tratar de demanda com vínculo celetista, não tendo havido impugnação dessa decisão por parte da autora/apelada.

Ao reverso, entendo que restou comprovada a relação jurídico-administrativa junto ao Município de Limoeiro, conforme os documentos de fls. 30/33, correspondentes às Leis Municipais nºs 2.069/1999 e 2.126/2002 que definem as hipóteses de contratação por necessidade temporária de excepcional interesse público, próprias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

147,

de relação jurídico-administrativa, bem assim com base no Decreto nº 001/2009 (fls.34/37) que anulou os contratos de prazo certo, relativos a convênio do PSF - Programa Saúde da Família, no qual consta o nome da autora.

Assim, partindo da premissa de que o vínculo de trabalho que existiu entre os litigantes não era oriundo de investidura em **cargo ou emprego público** posteriormente anulada por descumprimento do princípio do concurso público, mas de contratação de servidor temporário, tenho por indevido o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS.

Isso porque, tratando-se de hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, filio-me ao magistério jurisprudencial no sentido de que não lhe devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Eis a jurisprudência recente das Câmaras de Direito Público desta Corte, vejamos:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. INVIABILIDADE DA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS APENAS NA CLT. I - A recontração temporária para períodos subsequentes não implica em reconhecimento da unicidade do contrato, sob pena de violação ao princípio constitucional da investidura do servidor por concurso público (CF, art. 37, II), nem importa, por si só, na nulidade do contrato temporário inicialmente firmado. II - Inaplicável à espécie o entendimento defendido pelo eg. Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 596478/RR. III - Consoante a remansosa jurisprudência dos Tribunais Pátrios, tratando-se de contrato temporário firmado pela Administração Pública, devem ser afastadas todas as rubricas próprias do regime celetista, fazendo o contratado jus tão somente àqueles direitos sociais constitucionalmente previstos. IV - Em se tratando o FGTS de indenização decorrente da relação trabalhista regida pela CLT, não se pode estender tal direito aos contratados temporários pela Administração Pública. V - Agravo Legal desprovido. (Número 0024830-65.2012.8.17.0000 (274625-8/01); AGRAVO; RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA RELATORA CONVOCADA: Juíza VIRGÍNIA GONDIM DANTAS RODRIGUES; Data 22/02/2013; 1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO; AGRAVANTE: ANA MARIA BEZERRA; ADVOGADO: GERUSA DE ARAÚJO LUCENA; AGRAVADO: MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE; ADVOGADO: ELIANE ELIAS DE FREITAS MATIAS);

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATO TEMPORÁRIO REGIDO PELAS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO. FGTS INDEVIDO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Contratação temporária tem caráter jurídico-administrativo, ainda que haja prorrogação do contrato de maneira irregular, pois tal fato não tem o condão de alterar o vínculo inicialmente estabelecido entre as partes. 2. Incabível impor à edilidade o pagamento de FGTS, diante da inaplicabilidade desse instituto jurídico trabalhista aos casos de contratação temporária pelo Poder Público. 3. Recurso de Agravo não provido. 4. Decisão Unânime. (Número 0016424-55.2012.8.17.0000 (277138-2/01); Descrição AGRAVO; Relator FERNANDO CERQUEIRA; Data 28/09/2012 11:00 Fase REGISTRO / PUBLICAÇÃO NO DJ).





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

148,

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA. MÉRITO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. FGTS. INVIABILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Consta, às fls. 11/18, os instrumentos de contratos temporários firmados pela agravante e pelo Município agravado antes do advento da Lei Municipal nº 353/2007, os quais foram confeccionados sob a égide das leis nº Lei 8.745/93, nº 004/1997, nº 131/2002, nº 242/05 e Lei Orgânica do Município de Camaragibe, de forma que inexistem dúvidas a respeito do caráter estatutário da referida contratação, o que afasta qualquer pretensão da apelada/agravante que tenha como fundamento a CLT, pois se está diante de contratos de natureza administrativa, não havendo, pois, como se reconhecer o direito ao FGTS, nem de qualquer outro direito ou verba fundamentada na CLT. 2. No que tange ao entendimento proferido no RE nº 596.478-7, destacou-se que o mesmo não se aplica à presente questão. Isso porque, conforme aduz a própria agravante, o referido Recurso Extraordinário trata da hipótese de servidores admitidos sem concurso público, o que não condiz com o presente caso, que trata de servidores contratados por meio de contrato temporário de excepcional interesse público, de natureza administrativa, portanto. 3. Recurso de Agravo improvido. Decisão Unânime. (Número 0018266-70.2012.8.17.0000 (266955-6/01); AGRAVO; Relator JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES; Data 19/10/2012; Agravante: Gleici Almeida Cabral. Advogado: Sávio Delano Vasconcelos Pereira. Agravado: Município de Camaragibe. Advogado: Clélio Pessoa de Carvalho)

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. CONTRATO TEMPORARIO. FGTS MAIS 40%. NÃO CABIMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. DEFERIMENTO PRECEDENTE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. A questão controvertida que nesta sede se reexamina diz respeito à existência ou não de direito do ora agravante ao recebimento do FGTS, mais 40% (quarenta por cento). 2. No caso do recorrente, o regime jurídico é diferenciado, pois não se confunde com o dos servidores públicos, tampouco com o dos celetistas. 3. Neste aspecto, observo que é incabível o pagamento da verba rescisória pretendida na rescisão de contratos temporários, motivo pelo qual se rejeita conforme precedente desta Corte local de Justiça. 4. Assistência Judiciária já outorgada pela decisão vergastada 5. Recurso de agravo improvido à unanimidade. (Número 0010501-48.2012.8.17.0000 (274354-4/01); Descrição AGRAVO; Relator RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO DR. ITAMAR PEREIRA DA SILVA JÚNIOR - Relator substituto; Data 03/07/2012 18:00; Fase REGISTRO / PUBLICAÇÃO NO DJ).

EMENTA: ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO FIRMADO COM MUNICÍPIO. RECOLHIMENTO DE FGTS. INAPLICABILIDADE. VALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. PRECEDENTES STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. - O cerne da questão está em saber se a apelante tem direito ao pagamento das verbas referentes ao FGTS decorrentes do desempenho da atividade de agente comunitário de saúde junto à Administração Pública municipal, no período de 01/06/2002 a 27/06/2008, de acordo com o termo do contrato de trabalho e da portaria que efetivou todos os agentes de saúde. - Sobre o tema, destaco que nos termos da Constituição da República, artigo 37, inciso II, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, estabelecendo a lei os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

149

público, consoante prescreve o inciso IX do mesmo artigo 37 da Constituição. - Segundo a doutrina de ALEXANDRE DE MORAES, "três são os requisitos obrigatórios para a utilização dessa exceção, muito perigosa, como diz Pinto Ferreira, por tratar-se de uma válvula de escape para fugir á obrigatoriedade dos concursos públicos, sob pena de flagrante inconstitucionalidade: excepcional interesse públicos; temporariedade da contratação; hipóteses expressamente previstas em lei" (Direito Constitucional, 16ª edição, Atlas, 2004, págs. 332/333), lecionando mais adiante que: - A última categoria é a dos servidores públicos temporários, os quais, na verdade, se configuram como um agrupamento excepcional dentro da categoria geral dos servidores públicos. A previsão dessa categoria especial de servidores está contemplada no art. 37, IX, da CF, que admite a sua contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. A própria leitura do texto constitucional demonstra o caráter de excepcionalidade de tais agentes. Entretanto, admitido o seu recrutamento na forma da lei, serão eles considerados como integrantes da categoria geral dos servidores públicos (op. cit., pág. 482). - Assim, é certo que o contratado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público é servidor público, com relação funcional de natureza contratual, e com regime especial estabelecido na forma da lei. - Logo, não se pode afastar a qualidade da apelante de servidora perante a municipalidade, não havendo que se falar, por isso, em direitos previstos na CLT, inexistindo prova da previsão do direito nos pactos de natureza administrativa. - **Em relação à irregularidade do contrato temporário, tenho posicionamento no sentido de que a simples prorrogação do contrato não prova a sua nulidade. Ademais, mesmo que houvesse irregularidade na contratação não se descaracterizaria o regime administrativo, perdurando o vínculo administrativo da contratação temporária, a qual se encontra disciplinada no inc. IX do art. 37 da CR. - Também não se afigura aplicável à apelante a Súmula n.º 363 do TST, nem o art. 19-A da Lei n.º 8.036/90, cujo teor é o seguinte: "Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. - O dispositivo em comento se refere a "trabalhador" e a "contrato de trabalho", que são expressões comumente utilizadas pela lei, pela doutrina e pela jurisprudência para designar, respectivamente, o empregado sujeito às normas da CLT e o instrumento regulador da relação celetista havida entre empregador e empregado. - Destarte, não há como conferir interpretação extensiva às expressões "trabalhador" e "contrato de trabalho", constantes do art. 19-A da Lei n.º 8.036/90, para incluir no âmbito de aplicação da norma os contratados temporários, cuja relação com a Administração Pública, como dito, se reveste de natureza contratual administrativa. - A Constituição da República previu no artigo 39, §3º da Constituição da República, para os ocupantes de cargo público, os direitos estabelecidos no artigo 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, dentre os quais não se inclui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, previsto no inciso III do citado dispositivo. A embargante também argüiu a aplicabilidade do entendimento do Supremo Tribunal Federal, que recentemente julgou do RE 596478, determinando a constitucionalidade do art. 19-A da Lei 8036/90, tendo a seguinte ementa: ADMINISTRATIVO. ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. CONTRATO NULO. EFEITOS. RECOLHIMENTO DO FGTS. ART. 19-A DA LEI 8.036/90. CONSTITUCIONALIDADE. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO. GERAL. (RE 596478 RG, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, julgado em 10/09/2009, DJe-186 DIVULG 01-10-2009 PUBLIC 02-10-2009 EMENT VOL-02376-04 PP-00764 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 86-91). - Como já salientado na decisão monocrática, no presente caso, há o permissivo constitucional para a contratação sem concurso público no caso de contrato temporário, previsto no art. 37, IX. A categoria dos servidores**





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

150

públicos temporários se configuram como um agrupamento excepcional dentro da categoria geral dos servidores públicos. A sua contratação é admitida por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, não se enquadrando, portanto, na hipótese ventilada no julgamento do STF. - Dessa forma, a apelante não tem direito ao recebimento do FGTS, por ausência de previsão legal, não havendo motivos para ser reformada a douta sentença de primeiro grau que reconheceu a improcedência do pedido inicial. - Por unanimidade DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO. (Número 0014620-52.2012.8.17.0000 (277151-5/01); Descrição AGRAVO; Relator ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR; Data 15/10/2012 15:23; Fase REGISTRO / PUBLICAÇÃO NO DJ).

No tocante, especificamente, aos depósitos dos valores relativos ao FGTS, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. RELAÇÃO DE TRABALHO. NATUREZA JURÍDICO-ESTATUTÁRIA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CELETISTA. FGTS. PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "A Emenda Constitucional 19/98, que permitia a pluralidade de regimes jurídicos pela administração, foi suspensa, neste ponto, pelo Supremo Tribunal Federal, impossibilitando a contratação de servidor público pelo regime trabalhista (ADI 2.135-MC/DF)" (CC 100.271/PE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Terceira Seção, DJe 6/4/09). 2. "O Supremo Tribunal Federal decidiu no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.395 que 'o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária'" (AgRg na Rcl nº 8.107, Rel. p/ Ac. Min. CÁRMEN LÚCIA, STF, Tribunal Pleno, DJe 26/11/09). 3. Nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, é "devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. 4. **Caso concreto que diverge da hipótese do art. 19-A da Lei 8.036/90, pois o vínculo de trabalho que existiu entre os litigantes não era oriundo de investidura em cargo ou emprego público posteriormente anulada por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88, mas de contratação de servidor temporário sob o regime de "contratação excepcional".** 5. A tese segundo a qual o art. 19-A da Lei 8.036/90 deveria ser interpretado à luz do art. 7º, III, da CF/88 não é passível de ser apreciada na presente via recursal, por se tratar de matéria reservada à competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no AREsp 45467/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 15/03/2013) (grifei)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

151
r

Com essas razões, **dou provimento reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário em ordem a julgar improcedente o pedido formulado na inicial, condenando a autora/apelada ao pagamento de custas e honorários, estes no percentual de 10% do valor atribuído à causa, cujas exigibilidades ficam suspensas por ser a apelada beneficiária da justiça gratuita.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator